

Jornal do Psicólogo

CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

ano 25 ■ número 91 ■ junho, julho e agosto de 2008

Avanços e desafios: o 18 de maio em Minas



“A profundidade de um olhar, uma criança, um traço, uma loucura...”

18 de maio, data em que nos colocamos a serviço de discutir propostas, afirmar conquistas e refletir sobre a Luta Antimanicomial e o Enfrentamento da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. • PÁGS. 8 e 9.

NOME: Young Girl Sitting in a Landscape

*AUTOR: Jean-Baptiste-Camille Corot
(1796-1875)*

TÉCNICA: Crayon preto com nanquim

TAMANHO: 22 X 26,2 cm

MAIO DE 68: O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

O psicólogo Célio Garcia fala do conturbado ano de 1968 abordando a Liberdade e a Violência e suas influências na sociedade contemporânea. • PÁG. 15.

VINTE ANOS SEM HÉLIO PELLEGRINO

Mineiro apaixonado e analista dedicado, Hélio Pellegrino foi uma torrente de poesia, política, indignação e amores. • PÁG. 16.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Presidente do Ipea defende a jornada de quatro horas diárias, três vezes por semana, como uma “nova agenda civilizatória”. • PÁG. 11.

A PSICOLOGIA NO SUAS

A psicóloga social e clínica Lúcia Afonso fala sobre o papel da Psicologia no Sistema Único da Assistência Social. • PÁG. 14.

EDITORIAL

Comemoramos o dia 18 de Maio com muitas alegrias e algumas preocupações. Alegrias presentes nas faces repletas de cidadania dos portadores de sofrimento mental que, em liberdade, organizam-se politicamente, criam e inventam, lutam por seus direitos e, sobretudo, marcham a favor da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Preocupações relativas à perversidade da contra Reforma Psiquiátrica, com seus interesses privados e transnacionais, sua relação com a indústria de medicamentos, suas práticas médicas e psiquiátricas que se recusam em reconhecer a cidadania dos portadores de sofrimento mental e a liberdade necessária para vivermos a loucura.

É importante ressaltar que jamais recuaremos em relação aos avanços da Reforma Psiquiátrica e as conquistas da Luta Antimanicomial. Nesse sentido, indicamos a nocividade presente nos chamados "atos psiquiátricos", que aviltam qualquer noção de cidadania, através dos eletrochoques, das psicocirurgias, do entorpecimento vil das subjetividades, da negação recorrente da cidadania e da privação sempre irresponsável da liberdade alheia.

18 de Maio também é Dia Nacional de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. É preciso que se dê visibilidade a esta realidade terrível, mostrando as várias formas assumidas pela violência e reafirmando a necessidade de enfrentarmos este problema.

Enfatizamos, também, a necessidade de nos mobilizarmos contra a proposta de privatização da execução penal em Minas Gerais, cujo projeto prevê a entrega de um complexo penitenciário a ser construído e operado pela iniciativa privada, com abertura para o capital estrangeiro. Nós nos sensibilizamos com a comunidade de Ribeirão das Neves, que não merece mais ser tratada como escória e, sim, deve ser contemplada com políticas públicas e sociais.

Lembramos dos 40 anos de 1968 e das transformações que mudaram o curso da história. Sessenta e oito foi o ano que marcou o endurecimento do regime militar no País, através do AI5. A memória daqueles que lutaram e morreram deve inspirar nossas lutas sociais e nosso compromisso com as liberdades individuais.

Ficamos com a certeza de que a passagem de ilustres personagens da história brasileira e mineira serve de inspiração para nossa caminhada. Iluminados pela trajetória de Hélio Pellegrino – sua prática clínica, política e social – nos despedimos desejando uma boa leitura e que Minas dos mineiros e de todos, espíritos indômitos ou não, preserve - dizendo com Hélio - seus "Minérios Domados".

II MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA – RIO DE JANEIRO

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) promove, de 10 a 12 de julho, a II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, um encontro visando o debate entre os psicólogos, e entre a categoria e a sociedade, além de apresentar trabalhos desenvolvidos nas mais diversas áreas da Psicologia. O evento será realizado na Universidade Veiga de Almeida, campus Tijuca, na Rua Ibituruna, 108. Mais informações sobre a programação e resumos publicados podem ser obtidos pelo site da Mostra (www.crpj.org.br/mostra) ou pelos telefones (21) 2139-5438 / (21) 2139-5407.

CONGRESSO DE PSICOLOGIA E ENJUPSI NA ZONA DA MATA

Entre os dias 22 e 26 de setembro, acontece em Juiz de Fora, no Victory Business Hotel (Avenida Independência, 1850, Centro), o I Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes e V Encontro Juizforano de Psicologia, o ENJUPSI. O evento é promovido pela Associação Juizforana de Estudantes de Psicologia - AJEPSI e o tema é "Psicologia para quê? – Identidades, conceitos e globalização". Serão oferecidas palestras, mesas-redondas, mini-cursos, mostras de vídeo e apresentação de trabalhos (pôsteres e orais), além de outras atividades que demonstrem a atuação do profissional psicólogo. As inscrições (com desconto para os estudantes) já estão abertas e podem ser feitas pela internet, através dos sites www.enjupsi.com.br ou www.ajepsi.com.br, onde também estão informações sobre a programação dos encontros.

"A TERAPIA BREVE VAI ONDE A SOCIEDADE ESTÁ"

Esse é o tema da 1ª Jornada de Psicoterapia Breve Pró-Gente, que acontece no dia 27 de setembro, sábado, de 8h às 17h. No programa,

estão palestras e relatos de experiências de psicólogos que lidam com o tema. A jornada acontece no Hotel Sol, em Belo Horizonte (Rua da Bahia, 1040, Centro) – inscrições e informações na Pró-Gente, pelos telefones (31) 3291-9602 e (31) 3292-7471.

III PSICOLOGIA NAS GERAIS: CIÊNCIA, PROFISSÃO, COMPROMISSO SOCIAL E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO – EM AGOSTO

Fique atento! Nos dias 27, 28 e 29 de agosto acontece a terceira edição do Psicologia nas Gerais, que reunirá psicólogos, entidades da Psicologia e outros especialistas e interessados em palestras, mesas-redondas, mostras e oficinas. Consulte o site do CRP-MG, www.crpmg.org.br

Nos dias 11, 12 e 13 de agosto será realizado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais o seminário "Justiça na execução penal: novos rumos", uma parceria do Tribunal de Justiça, Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais e o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade.

Será realizado, em Uberlândia, o 16º encontro Regional da Abrapso Minas. O encontro, intitulado "Psicologia Social e Desigualdades: Hierarquias e Enfrentamentos", será realizado na Universidade Federal de Uberlândia, entre os dias 14 e 16 de agosto. As inscrições podem ser feitas até o dia sete de agosto. Mias informações no site www.fafich.ufmg.br/abrapso/minas.

AGENDA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138.6767
E-mail: crp04@crp04.org.br
www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Região Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul de Minas • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte de Minas • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

Leste de Minas • Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro-presidente
Rodrigo Tórres Oliveira
Conselheiro vice-presidente
Alexandre Rocha Araújo
Conselheiro-tesoureiro
Georgina Maria Veras Motta
Conselheira-secretária
Conselho Editorial:
Rogério Oliveira
Rodrigo Tórres

Gustavo Machala
Clérison Stelvio Garcia

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Gustavo Machala • MG 11780
ascom1@crp04.org.br

Redação:

Gustavo Machala • MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br

Relações Públicas:

Nathalia Monteiro • CRPRP 3ª
Região - 2154

Estagiária:

Janaina Rochido
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 22 mil exemplares

SEU CONSELHO

Durante a trajetória profissional, o psicólogo necessita, em diversas circunstâncias, recorrer ao Conselho de Psicologia. Visando oferecer orientações e esclarecimentos sobre o exercício profissional, o CRP-MG conta com uma equipe de Psicólogos Técnicos em Orientação e Fiscalização, que presta esse serviço através de plantão telefônico, e-mail ou pessoalmente.

Para facilitar seu contato com a equipe técnica, verifique se a sua cidade está na abrangência do escritório central ou de algum dos cinco setoriais no interior do Estado, agilizando assim seu atendimento. As cidades foram divididas em 6 blocos conforme a área de abrangência citada.

ESCRITÓRIO CENTRAL
Técnicos: Cássia,
Jaider e Raquel
Telefone: (31) 2138-6775
Belo Horizonte

SETORIAL LESTE
Técnica: Luciana
Telefone: (33) 3225-0475
Governador Valadares

SETORIAL NORTE
Técnica I: Celina
Telefone: (38) 3221-7720
Montes Claros

SETORIAL SUDESTE
Técnica: Cláudia
Telefone: (32) 3215-9014
Juiz de Fora

SETORIAL SUL
Técnica: Andréia
Telefone: (35) 3423-8382
Pouso Alegre

SETORIAL TRIÂNGULO
Técnica: Juliana
Telefone: (34) 3235-6765
Uberlândia

Mais informações podem ser consultadas na tabela disponível no site:
www.conselhodepsicologiamg.org.br

DELEGADOS DE MINAS NA APAF

Aconteceu em Maio último a Assembleia de Política, Administração e Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia. Os delegados que representaram Minas pautaram e encaminharam os seguintes pontos: criação de um G.T de Relações e Condições de trabalho do psicólogo; a questão das Psicoterapias, com ênfase na urgência de se garantir a presença da Psicologia nos planos de saúde e de se negociar, junto à ANSS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a revisão do número de sessões de psicoterapia por ano e a indicação por parte do médico; a discussão sobre o Campo da Psicologia Jurídica, referindo-se à realização do II Seminário nacional sobre o Sistema Prisional, previsto para novembro de 2008 e um grande evento em 2009, dentre outros pontos de pauta.

A ATUAÇÃO E AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR

A comissão de psicólogos da saúde do CRP-MG tem se reunido quinzenalmente para discutir a atuação, as relações e as condições de trabalho do psicólogo hospitalar. Devido à diversidade do trabalho do profissional em hospitais gerais, o CRP-MG está buscando conhecer as áreas de atuação, identificando, também, aspectos da precarização das condições e relações de trabalho desses profissionais. As próximas reuniões serão realizadas nos dias 17 e 31 de julho, e 14 e 28 de agosto, no escritório central do CRP-MG. Mais informações pelo telefone 2138-6767.

COF

USO DE LÁPIS ADEQUADO NA APLICAÇÃO DO TESTE PMK

O teste PMK é um instrumento largamente utilizado em diversos contextos da avaliação psicológica, tais como: para carteira nacional de habilitação, para porte de arma, em diversos concursos e processos seletivos, dentre outros exemplos. Nesta coluna, elucidamos a temática uso de lápis adequado na aplicação do PMK a fim de esclarecer as dúvidas levantadas por vários profissionais devido à dificuldade de encontrar o lápis Faber nº2 e o lápis Koh-I-Noor, recomendados no Manual do referido teste. Nesse sentido, segue abaixo orientação conforme ofício do Conselho Federal de Psicologia.

“1. Recebemos da Vetor Editora a comunicação de que os lápis recomendados no manual do teste PMK em sua aplicação, por uma tendência do mercado, dificilmente podem ser adquiridos, a saber: Lápis Faber nº2 ou Faber Presto 1.600, nº2; Lápis Koh-I-Noor 1561 — vermelho ou 1561 — E-Azul.

2. Por isso, com a autorização da autora do teste, a editora realizou uma série de pesquisas com uma grande quantidade de lápis facilmente encontrados e constatou que a maioria dos existentes, ainda que não tenham indicações de textura do grafite (nº2), estão adequados para a aplicação do teste. A editora recomenda apenas que não sejam utilizados lápis com textura de grafite muito macia nem com textura muito dura.”

Ressaltamos que o psicólogo deve estar atento a sempre utilizar testes originais e com parecer favorável pelo CFP/SATEPSI. E ainda informamos que novos testes foram aprovados recentemente para uso, o que pode ser verificado a partir de consulta ao site www.pol.org.br/satepsi.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG SOBRE A CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO EM NEVES

O vice-presidente do CRP-MG, Rodrigo Tôres, representou o Conselho na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 26 de março, que discutiu a construção de um complexo penitenciário em Ribeirão das Neves no modelo das Parceiras Público-Privadas (PPP). Representantes das varas de execução penal de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, das famílias dos presidiários e de outras entidades simpatizantes com a causa debateram a situação dos presos atualmente e todos foram unânimes em que a situação não pode ficar do jeito que está. Na pauta, também foram expostas as questões da sobrecarga de processos e do quadro insuficiente de servidores nas varas; do tratamento dispensado aos presos e suas famílias, além dos perigos de os presos serem transformados em “mercadorias” e de não haver emprego para os atuais servidores carcerários. O processo de licitação para essa PPP ainda não foi finalizado, mas continua em andamento um abaixo-assinado contra o projeto.

Psicologia e Direito

Acredito que, após quase 20 anos de trabalho na área judicial – penitenciária e fórum – eu possa dar alguma contribuição aos diálogos sobre a interface da Psicologia com o Direito, a Psicologia Jurídica.

O fenômeno do crime na modernidade é a face visível de uma longa sequência de racionalizações que visam a criminalização da pobreza. Na atualidade, e no Brasil, os jovens pobres - de preferência do sexo masculino, negros e favelados - são o foco, na tentativa de mantê-los sob um estrito controle social e policial. Essa prática veio se desenvolvendo travestida por uma aparente legalidade, uma intelectualização e uma midiáticação que procuram, a todo custo, afastar o forte componente ideológico que embasa o processo e a prática jurídica. Mas devemos ter claro, também, que toda a legislação penal é hoje proposta e votada num Congresso nitidamente manipulável e conservador, que anseia por satisfazer a opinião pública dos padrões de jornais e redes televisivas. Ou alguém ainda consegue acreditar que a "opinião pública" que aparece, é, democraticamente, diferente da que eles têm?

Nesse contexto, a Psicologia vem trazer, na maioria das vezes, uma contribuição sutil de coerção, na esteira de sua criação como ciência disciplinar, no fim do século XIX, como bem demonstrou Michel Foucault. Pois, praticamente todas as teorias psicológicas foram de algum modo e em algum momento, utilizadas para enfatizar doutrinas e modelos jurídicos que refinaram e solidificaram a tendência de

ampliar a criminalização dos setores mais vulneráveis da população, dando ares científicos à seletividade e irracionalidade do poder punitivo, como enfatizam os juristas Raúl Zaffaroni, argentino, e Nilo Batista, brasileiro. Para esta falácia vários cooperam, prestativos e disponíveis, na expectativa de reconhecimento, como os pesquisadores gaúchos que se empenham em encontrar no cérebro de adolescentes infratores as razões neuropsicológicas para a violência, esquecendo a violência social, comunitária, cultural e financeira cometida contra eles.

Podemos procurar traços patológicos entre criminosos e adolescentes infratores, sem qualquer dúvida de encontrá-los, visto que eles têm inúmeras vivências não pautadas ou não consideradas nas medianas dos testes, mas desconsiderar o ambiente social e cultural e não ter um grupo de controle com a maioria da população é repetir a lição lombrosiana de apenas encontrar criminosos na prisão, redundância científica que rendeu conhecidos frutos fascistas.

Por isso acredito que a interação entre a Psicologia e o direito deve ser pautada por um esforço contínuo de desvelamento das condições ideológicas e sociais que articulam tal possibilidade, sob pena de termos, somente, uma função utilitária e "científica" para maior repressão das camadas empobrecidas.

*Miguel Ângelo Nunes Bonifácio,
psicólogo judicial e mestre em direito.*

CARTAS À REDAÇÃO

Acabei de receber o Jornal e, pela primeira vez, senti vontade de o ler inteiro. Está muito bonito, bem diagramado, com matérias interessantes. Parabéns à equipe. Um abraço.

*Helena Ornellas,
Uberaba*

ERRATA JP nº90

- Na matéria "Inclusão social é tema de encontro em Santa Rita do Sapucaí" (pág. 12,) onde se lê: "O encontro, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde MENTAL de Santa Rita do Sapucaí...", leia-se: Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rita do Sapucaí.
- Na matéria "Carnaval da Inclusão movimenta usuários e entidades de Uberaba" (pág. 12), onde se lê: "diversas outras entidades de Uberlândia", leia-se: "diversas outras entidades de Uberaba".

ÉTICA

Nesta coluna, continuaremos a conversar sobre os itens que compõem um relatório ou laudo psicológico, assunto abordado na coluna do Jornal do Psicólogo nº 90. Em outro item deste documento, o procedimento, o psicólogo deve descrever, além das técnicas e instrumentos utilizados, o embasamento teórico sobre o procedimento. Deve estar claro a pertinência da utilização desse instrumental teórico para a complexidade do caso que é objeto da demanda para a elaboração do relatório.

Em outro elemento do relatório, a análise, deve-se descrever os princípios utilizados para a avaliação. Aqui o profissional expõe os dados colhidos na situação de avaliação e relaciona-os com os aspectos teóricos apreciados. É neste momento que ele deve fazer uma análise suficiente para que não se transmitam nesse documento informações que violem o sigilo profissional. O psicólogo nunca pode esquecer que a avaliação psicológica tem determinações históricas, sociais, econômicas e políticas e que é nessa parte da análise que elas devem aparecer como elementos constitutivos do processo de subjetivação.

Como último item do relatório ou laudo psicológico, temos a conclusão. Nela o profissional deve expor o resultado e as considerações a respeito de sua investigação, a partir das referências que subsidiaram o trabalho. As considerações geradas pelo processo de avaliação psicológica devem transmitir àquela pessoa que solicitou a análise a situação em sua complexidade e os processos de avaliação psicológica como um todo. Fechando o documento, deve constar a indicação do local, a data de emissão, a assinatura do psicólogo e seu número de inscrição no CRP.

Um mundo não habitado por gente grande

Em entrevistas ao jornal do psicólogo, especialistas falam sobre os efeitos positivos e negativos da internet na vida de crianças e adolescentes.

Há 30 anos, a TV era considerada uma das grandes vilãs na educação e formação de crianças e adolescentes. Atualmente a realidade está mais complexa. A concorrência é grande e corre apressada. Já em 2006, o número de brasileiros com acesso à internet superou os 40 milhões. Nos quatro primeiros meses de 2008, contabilizávamos 127,74 milhões de linhas móveis ativas, o equivalente a 66,84 celulares para cada 100 habitantes. Se adicionássemos a essa lista o número de jogos eletrônicos, computadores portáteis, laptops, mp3 e mais uma infinidade de "bugigangas" eletrônicas que existem por aí, teríamos a lista dos ingredientes que fazem parte do dia-a-dia de milhões de crianças e adolescentes no Brasil.

MARINA, 16 anos:

Jornal do Psicólogo diz:

qt tempo vc fica na net?

Marina diz:

eu fico mais ou menos umas 6hs

Jornal do Psicólogo diz:

todo dia?

Marina diz:

sim sim

Jornal do Psicólogo diz:

se não tivesse computador que q c ia ficar fazendo essas horas?

Marina diz:

dormindo

Marina diz:

**dormindo*

Marina diz:

kkkkkk

Marina diz:

a tarde dormir,a noite acho que na rua,sei la

Para o doutor em psicologia médica e professor adjunto da UFMG, Vitor Haase, o computador e a internet se diferenciam da televisão por seu aspecto interativo. "O computador e a internet nós controlamos. Eles têm esse elemento de serem ligantes, mais interativos, e são muito difíceis de desgrudar", explica.

De acordo com o professor, essa dificuldade em se desvencilhar do computador e da internet é maior nos jovens, que estão mais suscetíveis ao que ele chama de experiências hedônicas - relacionadas a uma área do cérebro chamada de nucleus accumbens. Esse núcleo é ativado por uma série de experiências

de gratificação, como o uso de drogas, o orgasmo, a música, os jogos eletrônicos etc. "Como os jovens estão em um processo de formação de sua identidade, eles possuem essa orientação hedônica muito forte, o que é um aspecto importante de seu desenvolvimento. Se o indivíduo não se dispõe a explorar o mundo, ele não aprende e não cria identidade", completa Vitor Haase.

No entanto, numa sociedade em que a comunicação e as vivências encontram-se cada vez mais mediatizadas, esse "explorar o mundo" que aponta o professor Vitor Haase, acaba se dando entre as quatro paredes dos quartos de milhares de adolescentes. É o que afirma a psicóloga Suzana Cabral: "As crianças da classe alta tem uma bolha de mundo próprio". Nessas "bolhas" é possível encontrar celulares, TVs, computadores e jogos eletrônicos. "O lado de fora, cada vez mais, chega pela TV e pelo computador. O que antes era uma situação de acaso, como o encontro da pedofilia ou da perversão, hoje chega dentro da sua casa."

CLARISSA, 14 anos:

Jornal do Psicólogo diz:

vc usa a internet pra q?

Clarissa diz:

pra entrar no orkut,msn,olhar letras de musicas e fazer pesquisas para escola

Jornal do Psicólogo diz:

vc fica cansada de ficar mt tempo no pc?

Clarissa diz:

pra falar a verdade, não !

Jornal do Psicólogo diz:

se não tivesse a internet q q vc ficaria fazendo?

Clarissa diz:

durante a semana eu não entro... so para fazer trabalho ... agora no final de semana eu ficaria vendo TV

Segundo um estudo produzido pela ONG Safernet, foram feitas, nos primeiros dois meses do ano de 2008, 35 mil denúncias de exploração da pornografia infantil na internet. Em 2007, a Safernet recebeu 267.470 denúncias, e 90% delas tinham relação com o site de relacionamento Orkut.

Mas não é só a pedofilia que ronda as esquinas da internet. Para o psicanalista Mário Corso - que atendia o garoto Vinícius Ga-

geiro Marques, de 16 anos, que planejou a própria morte com a ajuda de sites na internet e a transmitiu em tempo real, incentivado por participantes de um chat, em julho de 2006 - , na internet existe um Centro de Valorização da Morte. "Isso é um crime e precisa parar", afirmou incisivo em entrevista à revista Época. "Já existe uma preocupação grande com a pedofilia, uma caça aos pedófilos na internet, mas precisamos ter com essas pessoas [que incentivam o suicídio] a mesma preocupação que temos com outros criminosos."

O psicanalista acredita que um dos problemas atuais é que sua geração não se relaciona com a internet da mesma maneira que a dos mais jovens. "A internet é raramente habitada por pessoas com um pouco mais de maturidade. Talvez a gente tenha de andar nessas ruas escuras", conclui.

A idéia de que os adultos de hoje precisam ocupar a internet é compartilhada pela psicóloga Sylvania Flores. "Nós profissionais, e também os pais, temos que entrar na internet e começar a utilizar essa ferramenta".

Sylvia está convicta de que só mudaremos esse quadro se nos apropriarmos dessa construção coletiva e potencialmente benéfica para o ser humano que é a internet. Caso contrário, nossas crianças e nossos jovens estarão dentro de casa, mas andando por ruas escuras e desabitadas e sem nenhum adulto para lhes oferecer a mão e mostrar o caminho certo para que cresçam responsáveis, éticos e cidadãos.

FERNANDO, 16 anos:

Jornal do Psicólogo diz:

vc acha q a net é impt na sua vida?

Fernando diz:

acho...é atualmente a coisa que masi me diverte

Jornal do Psicólogo diz:

vc usa ela pra escola?

Fernando diz:

uso sim

Fernando diz:

e muito!

Jornal do Psicólogo diz:

se não tivesse net o q vc estaria fazendo?

Fernando diz:

provavelmente vendo televisão

FORMAÇÃO

A Psicologia que sai das universidades

As Diretrizes Curriculares Nacionais vieram para formatar os cursos de Psicologia oferecidos em todo o País – mas, mesmo com cursos melhores, que tipo de profissional está se formando? É o que o mercado quer ou o que a sociedade como um todo precisa?

Em 2004, os cursos de Psicologia brasileiros foram o foco das Diretrizes Curriculares Nacionais, que são orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento e a avaliação do curso. A chegada dessas diretrizes afetou os currículos de universidades em todo o país, que tiveram que buscar meios para preparar melhor o corpo docente, incrementar laboratórios e, com isso, colocar no mercado psicólogos mais capazes de integrar com as novas realidades e demandas da sociedade.

Maria de Fátima Lobo Boschi, professora e membro da diretoria nacional da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia – ABEP, diz que os futuros profissionais devem compreender que a formação de psicólogo é complexa e abrangente e frisa que “o psicólogo tem que estar pronto para ler a realidade, todas as realidades”. De acordo com as Diretrizes, o profissional deve estar apto a desenvolver ações de atenção à saúde e de decidir as melhores condutas no trabalho. Desenvolver práticas profissionais que

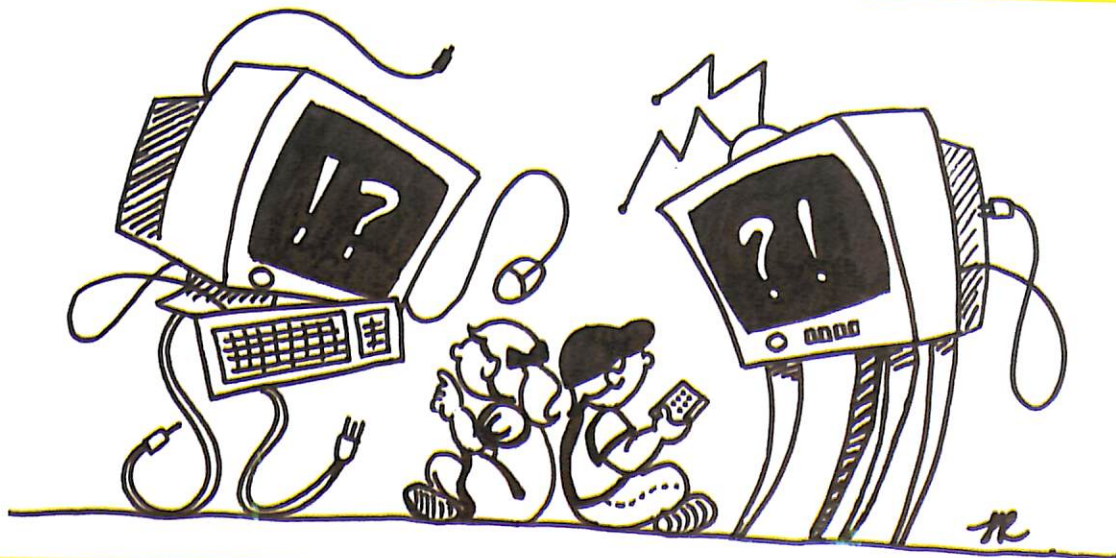
permitam uma inserção em diferentes contextos institucionais e sociais assim como articular-se com profissionais de outras áreas também são ações propostas no documento.

O corpo docente das instituições de ensino também tem se adaptado às Diretrizes e às mudanças na realidade da Psicologia. Se os alunos estão mais curiosos, mais investigativos, os professores também estão, como explica a professora Maria de Fátima. “Eles investigam e trazem novas coisas para a sala de aula”, diz - um contraponto àqueles que ainda trabalham suas disciplinas usando modelos baseados apenas nas teorias e não na realidade. O objetivo é discutir o tempo todo, alunos e professores, o currículo do curso. No entanto, o fato de, nas universidades particulares, por exemplo, os professores serem horistas dificulta esse trabalho. Rafael Soares Mariano Costa, 23, aluno do 8.º período do curso de Psicologia da PUC Minas – campus Coração Eucarístico – e representante do Diretório Acadêmico Escípio Cunha Lobo, exemplifica a situação: “eles vêm, dão aula e

vão embora pra outros empregos, outras faculdades, para os consultórios. Não tem esse espaço para grandes discussões e nós perdemos muito com isso”.

Que tipo de psicólogo está sendo formado hoje em dia? Ainda existe o estereótipo do profissional com um divã e um retrato de Sigmund Freud na parede? Para Rafael, ainda há muitos estudantes saindo da faculdade com esse pensamento de seguir pela Clínica e só. Ele acredita que esse profissional vai se frustrar, pois a Psicologia que se espera hoje é diferente, multidisciplinar e busca responder às questões sociais: “hoje, o trabalho do psicólogo não está mais só nisso [clínica]. Existem muitas pessoas nela, mas, para o recém-formado, o trabalho vai ser em Políticas Públicas, no SUS [Sistema Único de Saúde], nas organizações”, afirma. A Saúde Pública e as Políticas Sociais estão ocupando espaços nas discussões em sala de aula, apesar de ainda não estarem presentes nas grades curriculares.

ENTRETENIMENTO



A hipertrofia do Estado Penal

Frederico S. Félix, psicólogo

O crescimento substantivo da população carcerária no mundo - notadamente nos Estados Unidos, e especificamente no Brasil - salta aos olhos do observador mais atento e interessado na problematização da questão do encarceramento. É preciso que pensemos na substituição do Estado Social pelo chamado Estado Penal, conforme análise de Loïc Wacquant, no livro "Punir os pobres" (Coleção Pensamento Criminológico, ed. Revan, 2003) e de outros tantos criminólogos, especialistas em direito penal e pensadores que buscam um entendimento do tema e do problema a partir de seus aspectos estruturais, funcionais, históricos, sociais e ideológicos (Cf. Baratta; Malaguti; e a clássica arqueologia de Michel Foucault).

A hipertrofia do Estado Penal - carcerário, policial e punitivo - coincide com a destruição do Estado Social no curso das últimas décadas do século passado, sendo esses processos concomitantes e complementares. A população carcerária nos Estados Unidos quadruplicou nesse período, não se explicando tal aumento pelo correspondente aumento da criminalidade violenta no país. Explica-se pela extensão do recurso à prisão para uma gama de crimes e delitos que até então não incorriam em condenação à reclusão, a começar pelas infrações menores ligadas à legislação sobre os estupefacientes e os atentados à ordem pública (Wacquant, 2003).

As prisões americanas atingem hoje índices de ocupação alarmantes, mais de 2,5 milhões de pessoas, sendo que metade desse índice é composto de crimes sem potencial ofensivo, relativos ao uso ou tráfico de drogas, furtos e roubos e os chamados atentados à ordem pública.

O encarceramento tornou-se uma grande indústria lucrativa. A política do "tudo penal" (Wacquant, 2003) estimulou o crescimento exponencial do setor das prisões privadas. Tais empresas faturam dinheiro público e tem alta cotação nas Bolsas de Valores.

Segundo análise de Wacquant, o principal motor da expansão astronômica do Estado penal americano não é a criminalidade e sim a necessidade de se reforçar uma clivagem de castas que tem se desgastado, apoiando ao mesmo tempo o regime emergente do salariado insocializado, ao qual a maioria dos

negros está fadada em virtude de sua carência de capital cultural solvível e ao qual os mais desamparados deles resistem, tentando escapar para a economia informal de rua.

Assim, emerge a analogia inevitável entre a prisão e o gueto, pois essas duas organizações pertencem claramente a uma mesma classe: as instituições de confinamento forçado. O gueto é um modo de "prisão social", enquanto a prisão funciona à maneira de um "gueto judiciário". A missão de ambos, prisão e gueto, é confinar uma população estigmatizada de maneira a neutralizar a ameaça material e ou simbólica que ela faz pesar sobre a sociedade da qual foi extirpada. Temos, portanto, um continuum entre o gueto e a prisão, sendo que as prisões e o gueto são lugares físicos e simbólicos da miséria, dos negros e dos pobres.

Do gueto às prisões, não precisamos de muito esforço para concluir que, da favela à prisão vai um só chão de miséria, incuria, negligência ou desamparo do Estado.

No Brasil, a população carcerária também sofreu um aumento vertiginoso desde a última década do século passado. Temos atualmente mais de 440 mil presos no país. Somente no Estado de São Paulo, a população carcerária duplicou na década de 90, contando hoje com cerca de 200 mil detentos, quatro vezes mais do que a população carcerária da França, por exemplo. Em Minas Gerais não é diferente, atingindo mais de 42 mil presos.

O governo do Estado de Minas Gerais lançou um edital (www.defesasocial.mg.gov.br) para consulta pública no mês de Janeiro de 2008 a fim de encaminhar a construção e operação de um Complexo Penitenciário em Ribeirão das Neves para três mil pessoas. Tal modelo seria construído e operado com capital da iniciativa privada, a partir da chamada PPP (Parceria Público-Privada). Ao governo do Estado caberia a segurança externa dos prédios e muralhas, o transporte de sentenciados, a indicação do diretor do complexo e ainda, segundo o referido edital, o monitoramento do funcionamento do Complexo.

Toda a administração do Complexo seria entregue à iniciativa privada, incluindo a segurança interna, o funcionamento administrativo e a assistência ao condenado (jurídica, social, psicológica etc), o que é muito

temerário.

Aspecto importante é o fato de a licitação estar aberta às empresas estrangeiras, aquelas mesmas que hoje controlam presídios nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, cujos lucros e a alta cotação nas Bolsas de Valores nos remetem a um modelo extremamente perigoso para a ordem pública e a gestão da Segurança Pública no Estado.

Por que querem implantar tal modelo? Será que a lógica que orienta tais disposições e dispositivos não seria a do encarceramento das massas, pobres, negros e miseráveis?

A população de Minas Gerais não pode aceitar a construção de um "elefante branco", verdadeiro "Carandiru" no Estado e numa região tão aviltada como a de Ribeirão das Neves.

Apresentamos, a seguir, alguns pontos que, sugerimos, deveriam ser adotados pelo Estado:

- Prender menos (política de desencarceramento);
- Investir na Defensoria Pública (a lei prevê 1200 defensores no Estado e hoje esse número é de 500) e na Assistência Jurídica;
- Aumentar o alcance e a aplicação das Penas Alternativas;
- Anistiar;
- Investir na política para Egressos do Sistema Prisional;
- Ampliação da construção e operação do método APAC (principalmente na Região Metropolitana de BH);
- Assistir e investir nas Políticas Sociais (Educação, Saúde, Assistência Social, Emprego, Lazer e Cultura).

Precisamos estabelecer um debate sobre a questão das prisões, avaliando com justeza a política de encarceramento como resultante da falta de investimento social e da ideologização penal do Estado atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2000

Wacquant, Loïc. *Punir os Pobres*. RJ:Revan, 2003.

Site da Secretaria de Estado da Defesa Social. www.defesasocial.mg.gov.br. 2008.

18 de maio em Minas movimentou mais de 100 municípios

O 18 de maio envolve dois importantes movimentos sociais brasileiros: A Luta Antimanicomial e o Enfrentamento da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Neste Especial, o JP problematiza a questão dos avanços em relação a esses dois temas.

As comemorações do dia 18 de maio em Minas Gerais movimentaram usuários, gestores, parlamentares e profissionais que trabalham com saúde mental em mais de 100 municípios do Estado. Milhares de pessoas saíram às ruas de diversas cidades mineiras para reivindicar cidadania, inclusão e direitos humanos para todos os portadores de sofrimento mental no Brasil.

Em Belo Horizonte, o desfile da escola de samba "Liberdade Ainda que Tam Tam", já tradicional na cidade, movimentou mais de três mil pessoas, que desfilaram com alegria e descontração. O desfile, dividido em seis alas, teve como tema a mineiridade, apresentando escritores, tradições e culturas das minas gerais. Para a psicóloga Juliana Bom Tempo, mineira que mora em Aracaju e estava em Belo Horizonte para um congresso na UFMG, o desfile é uma manifestação muito importante porque mobiliza a população e afeta a cidade. "Nós precisamos lutar contra essa ideologia da sociedade sobre a loucura. É isso que precisamos combater hoje. Não é pelo fim dos manicômios, mas pelo fim da exclusão, que ainda existe independentemente de existir manicômio ou não", diz.

Essa luta contra os manicômios, entretanto, continua encontrando alguns entraves. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, há 21 hospitais psiquiátricos, públicos e privados, vinculados ao SUS. Ao todo, no Estado, ainda existem três mil leitos de psiquiatria. Como afirma o professor da Escola Superior de Direito Dom Hélder Câmara, doutor em Evolução dos Direitos e Novos Direitos pela Università degli Studi di Lecce, Virgílio de Mattos, "o modelo hospitalocêntrico é um modelo que gera lucro". E se gera lucro, há interesses em mantê-lo. "Nós estamos vivendo um momento de avanço da contra-reforma, mas como a contra-reforma não tem argumento, e dinheiro para mim não é argumento - dinheiro é só dinheiro -, defendo que o lugar de cidadão é na rua, vivendo com dignidade."

O professor enfatiza: "É preciso que o portador de sofrimento mental, mais do que qualquer outra pessoa, esteja na cidade. Porque é inclusive uma condição para ele voltar a ser cidadão. A primeira coisa que se retira de alguém quando se diz que há uma demência,



Gustavo Marchetti

Participantes do desfile do 18 de maio ocupam a Praça Sete em Belo Horizonte.

que há uma doença ou que há uma deficiência na capacidade de querer e de entender, como diz o direito, é o direito de que essa pessoa esteja na cidade."

Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, as manifestações do 18 de maio procuraram unificar os dois movimentos que dividem a data. Diversas entidades, entre elas o Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, somaram esforços para a realização do evento, que foi antecedido por uma mobilização, entre 23 e 25 de abril, com o objetivo de sensibilizar os estudantes dos cursos de Enfermagem, Medicina, Psicologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social e Direito.

Dentro da programação do evento, que se estendeu do dia 14 a 19 de maio, houve palestras e mesas redondas, que trataram da Reforma Psiquiátrica, do combate à violência, do abuso e da questão da arte e da loucura. Ao longo de todo o evento, organizado majoritariamente no Teatro Vera Cruz, estiveram presentes cerca de 400 pessoas, entre profissionais atuantes em políticas públicas de educação, saúde e ação social e pessoas da comunidade. Ao final do evento, foi implantada uma agenda de discussão permanente da temática da violência. Para participar, entre em contato com o Setorial Triângulo uberlandia@crp04.org.br.

Como parte da Luta Antimanicomial, as manifestações do dia 18 de maio são o momento especial em que se propõe, de forma ampla, a discussão da temática da Reforma Psiquiátrica, que remonta ao movimento da Reforma Sanitária, que teve início no Brasil no final da década de 1970. A Reforma Sanitária teve como ponto culminante a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986. Nessa conferência, foi proposto que a saúde fosse considerada um direito do cidadão, um dever do Estado e que fosse assegurado a todos o acesso universal a todos os bens e serviços relacionados à Saúde. Esses princípios foram incluídos na Constituição de 1988 e nortearam a criação do Sistema Único de Saúde. É a partir do SUS que se instalam como política pública os serviços de substituição aos antigos padrões de internação hospitalar que norteavam o tratamento dos portadores de sofrimento mental.

Rede de proteção favorece o Enfrentamento da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil

O 18 de Maio não acolhe mais somente manifestações em favor da extinção dos manicômios e tratamentos degradantes em Saúde Mental. Nesse dia, também são ressaltadas as ações para o Enfrentamento da Violência e da Exploração Sexual Infanto-juvenil. Campanhas, programas e capacitações são feitos no intuito de fortalecer uma rede de assistência e proteção à criança e ao adolescente, conforme explica Fernanda Martins, assistente social e coordenadora especial da Política Pró-Criança e Adolescente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES-MG), em entrevista ao *Jornal do Psicólogo*. Alguns trechos da entrevista:

O número de denúncias cresceu? Ou foi a violência? A violência sempre existiu, acho que ela era muito mais predominante antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 90. Hoje em dia, as pessoas têm mais coragem para falar sobre isso, temos uma rede na qual os postos de saúde, agentes comunitários de saúde e os conselhos tutelares, que foram criados a partir do ECA, contribuem muito; a criança hoje tem prioridade absoluta. Muito ainda tem que avançar, mas as pessoas começa-

ram a ter mais coragem para denunciar, até porque é tudo sigiloso, então elas sabem que não correrão riscos de represálias. As denúncias ainda são tímidas, mas ainda assim o volume é muito maior - poder denunciar é permitir a uma criança quebrar o círculo vicioso a que é submetida e isso é muito importante.

O que falta para que essa violência seja realmente coibida, para que uma pessoa tenha realmente medo de bater / violentar uma criança? Há uma proposta de criação de varas especializadas no atendimento à criança vítima de violência, principalmente a sexual. Com isso esperamos que haja punições mais severas para o agressor, porque hoje quem é punido é a criança. Em outros países, quem é retirado de casa é o agressor - aqui no Brasil é o contrário, é a criança quem vai para um abrigo, ou um serviço de atendimento e acolhimento institucional. Mas temos que lutar é para que o agressor seja punido e para que a sociedade tenha conhecimento da punição, para que não ocorram novos casos.

“Em outros países, quem é retirado de casa é o agressor - aqui no Brasil é o contrário, é a criança quem vai para um abrigo, ou um serviço de atendimento e acolhimento institucional.”

Porque o movimento de enfrentamento ainda não é um movimento social, de massa? Porque ainda está mais restrito aos gestores e técnicos? Com o lançamento do Proteja Nossas Crianças, do Governo de Minas [dia 15 de maio], eu acho que (esse movimento) vai para frente. O vídeo já está passando em todas as emissoras de TV com o telefone do Disque Direitos Humanos. Esse será o primeiro e, nos próximos meses, haverá um vídeo sobre violência doméstica, com casos reais interpretados por atores. A informação chegará para todos, comunicando

que violência doméstica é crime e incentivando a denunciar. A Fiemg e uma série de empresas também entraram como parceiros e os caminhoneiros foram sensibilizados pela causa também, porque sabemos que

muitos deles exploram sexualmente crianças e adolescentes, mas muitos são conscientes - e partimos desse grupo para sensibilizar os outros. Um grande avanço será feito quando tivermos as varas especializadas em violência sexual - não é fácil, mas já estamos discutindo sobre isso.

Dentre os programas de enfrentamento à violência e exploração sexual infanto-juvenil, Fernanda Martins destaca o Sentinela (Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), que beneficia 126 municípios e será ampliado para mais 52; o projeto “De Volta Para Casa”, uma parceria com a Petrobrás para trabalhar a volta das crianças em abrigos para suas famílias e o projeto “Promover”, que vai atender meninas oriundas do Sentinela no Vale do Jequitinhonha, dando formação profissional, escolar e apoio psicossocial a elas e suas famílias para que elas sejam encaminhadas para o mercado de trabalho e possam ter alternativas de emprego e renda.



A cultura de Minas desfila pela avenida Afonso Pena em Belo Horizonte.

Gustavo Machala

Trabalho, saúde e inclusão são discutidos em seminário do CRP-MG

Trabalhar com saúde e com inclusão - foi esse o mote principal do seminário "Saúde, Relações e Condições de Trabalho na Sociedade Contemporânea", realizado no auditório da UNA, em Belo Horizonte, no dia 31 de maio deste ano. O seminário contou com a presença de sete palestrantes, que se dividiram entre as mesas-redondas "Saúde e Trabalho" e "Relações e Condições de Trabalho", que foram distribuídas entre manhã e tarde, respectivamente.

Daniel Augusto Fernandes, da Coordenação de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, o primeiro palestrante a se apresentar, enfatizou a centralidade do trabalho na vida do homem, definindo-o como toda atividade pela qual o ser humano impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. "A inserção dos indivíduos nos espaços de trabalho contribui decisivamente para as formas específicas de adoecer e morrer", aponta. De acordo com Daniel, estamos vivendo um momento de "domiciliação do risco", uma vez que as pessoas cada vez mais trabalham em casa, o que acaba expondo, dependendo do trabalho, todos os familiares ao risco da execução da tarefa.

Já Celso Amorim Salim, sociólogo e pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas, representante da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), optou por apontar a questão da importância da interdisciplinaridade no campo de estudo do trabalho, mostrando alguns dos problemas que ainda se enfrentam no País para o recolhimento de dados estatísticos sobre acidentes e óbitos no trabalho.

INCLUSÃO

"Não devemos tolerar as diferenças. Devemos desejá-las", afirmou Flávio Couto, coordenador geral da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência (CAADE). Na mesa-redonda Relações e Condições de Tra-

das pessoas com deficiência.

Abordando, também, a questão da inclusão, Rogério de Oliveira Silva, presidente do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais tratou do "acúmulo de trabalho imaterial", que tem tornado o trabalho não mais algo que se faz em um determinado lugar e em



Na mesa de abertura do seminário, representantes do CRP-MG apontam a importância de se discutir as relações e condições de trabalho dos profissionais psicólogos.

balho, realizada na parte da tarde, Flávio apresentou a questão do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Ainda mencionou a questão da invisibilidade, pela qual a falta de acesso dessas pessoas ao mercado e à cidadania em geral leva a um círculo vicioso de não adequação das condições dos aparelhos urbanos e sociais às necessidades

um determinado tempo, mas, sim, algo que perpassa quase todas as horas de nossa vida. Rogério defendeu a busca por uma sociedade plural: "Queremos uma sociedade que defenda a coletividade. O esforço de pertencimento tem que ser da sociedade e não do indivíduo isoladamente", explica.

Cidadania e Saúde no trânsito: um direito de todos

As estatísticas referentes aos acidentes de trânsito, no Brasil, são implacáveis. Por ano, cerca de 35 mil pessoas morrem vítimas de acidentes no trânsito. Se somássemos a esse número a quantidade de pessoas que viverão com seqüelas, com perda de mobilidade, ou mesmo com traumas para o resto da vida devido a esses mesmos acidentes teríamos um número muito mais que alarmante. Para reverter esse quadro e promover a paz, a saúde e a cidadania no trânsito, mais de trezentas pessoas, oriundas de vários Estados do Brasil, entre elas representantes do poder público, de organizações não governamentais e da sociedade civil organizada, reuniram-se, nos dias 17 e 18 de junho, em Belo Horizonte, pa-

ra o "Seminário de Promoção da Saúde e Cidadania no Trânsito".

Com o intuito de trocar experiências e preparar um manifesto com diretrizes a serem seguidas pelas políticas públicas referentes à mobilidade humana, o seminário - apoiado pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais e pelo Conselho Federal de Psicologia e promovido pela Comissão Intersetorial de Controle e Prevenção de Acidentes de Trânsito - foi dividido em seis oficinas: Educação formal; campanhas educativas; operação e fiscalização de trânsito; planejamento viário; legislação e apenação; e relações e condições de trabalho. Cada um dos grupos foi responsável pela produção de diretrizes referentes à área da

oficina. Além das oficinas, o evento contou com palestras, mesas redondas e debates.

O Seminário teve como um de seus objetivos avaliar as políticas públicas com impacto no trânsito adotadas em Minas Gerais e suas conseqüências sobre a saúde e a qualidade de vida da população. O documento resultante do evento servirá de base para a elaboração de políticas públicas de promoção da saúde e cidadania no trânsito a serem efetivadas por instituições das diversas esferas de governo, da sociedade civil e empresas particulares.

Saiba mais: www.transformarvidas.org.br

A Psicologia e a redução da jornada de trabalho

Presidente do Ipea apresenta proposta de redução de jornada

Para o professor doutor Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um dos grandes desafios contemporâneos é a redução da jornada de trabalho. A proposta de Pochmann é bastante ousada: redução para jornadas diárias de quatro horas, por três dias na semana, com ingresso no mercado de trabalho somente após os 25 anos.

No dia 22 de abril foi realizada a palestra “A redução da jornada do tripalium e a dignidade humana: possibilidades e perspectivas no Brasil contemporâneo”, no auditório da Biblioteca Pública Luis de Bessa, no dia 22 de abril, dentro da programação do projeto “Diálogos no Conselho”, do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG). Nessa palestra, Márcio Pochmann apresentou um panorama das lutas dos trabalhadores por redução da jornada de trabalho desde o século XIX e apontou que a viabilidade de sua proposta se deve à grande expansão material da economia brasileira, que permite que as pessoas não dependam mais do mercado de trabalho. Pochmann ressaltou que, atualmente, vive-se um crescimento enorme do chamado trabalho imaterial: “De cada dez postos de trabalho gerados, sete são imateriais”, aponta Pochmann. No entanto, segundo Pochmann, ainda não há um “termômetro” eficiente para medir a produtividade imaterial. “Há muita riqueza sendo gerada nos mercados financeiros e ninguém reivindica” e mais: “O trabalho imaterial está sendo apropriado e não é pelos trabalhadores”, completa Pochmann.

Para Pochmann, a redução da jornada de trabalho seria essencial para a criação de uma nova sociabilidade, uma “nova agenda civilizatória”. Pochmann lembrou que, no Brasil, apenas os filhos de pobres trabalham cedo e nos piores postos. “O pobre não têm condições financeiras de sustentar sua inatividade.” Por outro lado, salienta o presidente do Ipea, “difícilmente, filho de rico trabalha antes dos 25 anos”. Com a redução da jornada e a entrada tardia no mercado de trabalho, Pochmann acredita que as pessoas poderão estudar por mais tempo e, também, se dedicar a outras ati-

vidades, sem ter que se preocupar em trabalhar para garantir a sobrevivência.

Considerada pelo presidente do CRP-MG, Rogério de Oliveira Silva, uma proposta “viável e ousada”, a redução da jornada de trabalho poderia trazer benefícios não só para aqueles já empregados, mas

truturação das jornadas e na inclusão das pessoas, pois os psicólogos têm atuado tanto nas atividades que dão acesso ao trabalho quanto naquelas que qualificam para o trabalho. Dessa forma, contribuiriam para que os outros profissionais pudessem “viver essa nova situação”.



Márcio Pochmann, presidente do Ipea, apresenta sua proposta de redução da jornada de trabalho.

também para toda a sociedade: “Com a redução da jornada, as pessoas que compõem o chamado ‘exército de reserva’ não estariam mais nesta posição. O sistema seria obrigado a incluí-las, beneficiando-as no acesso não só ao trabalho, mas à educação, à cultura, aos direitos básicos da vida.

Rogério Oliveira ressaltou, ainda, a centralidade do trabalho na vida das pessoas. “O trabalho é a atividade que melhor define o sujeito na sociedade contemporânea. É preciso ressaltar o que ele tem de impacto na qualidade de vida e na dignidade das pessoas”, diz. Para Rogério, a Psicologia teria um papel importante na rees-

No Brasil, a redução da Jornada de Trabalho é uma bandeira que vem sendo levantada de tempos em tempos. A última redução ocorreu com a Constituição de 1988, que reduziu a jornada para um máximo de 44 horas semanais. Este ano, no dia 28 de maio, as centrais sindicais do País promoveram o Dia Nacional de Lutas e Mobilizações pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários. Além de um abaixo-assinado feito por todos os sindicatos de base, houve uma agenda de paralisações, ocorridas em várias cidades do país.

ACONTECEU

Mostra de Arte Insensata dialoga com a capital

Entre os dias 28 e 31 de maio, a Casa do Conde, em Belo Horizonte, foi palco da 1ª Mostra de Arte Insensata, que trouxe a público diversos trabalhos artísticos de usuários dos serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde – SUS – de Belo Horizonte, no intuito de dialogar com a cida-

de através da produção artística. Além das cerca de 600 obras em exposição – quadros, desenhos, poesias, fotos e trabalhos em cerâmica -, o evento contou também com palestras, mesas-redondas, debates e sessões comentadas de filmes.

Nova diretoria da APAP toma posse

Foi eleita, em junho deste ano, a nova diretoria da APAP - Associação dos Psicólogos do Alto Paraopeba. Desde a sua criação em 2002, a APAP, prioriza a luta pela defesa dos direitos dos Psicólogos e da Psicologia enquanto profissão, bem como

tenta gerar possibilidade de aprimoramento profissional e científico de seus associados. Como presidente foi escolhida a psicóloga Sônia Terezinha de Abreu. Mais informações no site www.apapsi.org.br.

Reunião da FENAPSI

Representantes de movimentos sindicais e conselhos regionais de Psicologia de todo o Brasil encontraram-se em Belo Horizonte para a Reunião Unificada do Movimento Sindical e Sistema Conselhos, que aconteceu entre os dias 28 e 30 de março e também contou com a presença do presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Cota Verona. O objetivo do encontro foi abrir um diálogo com as entidades e unificar os discursos e as ações de todos, visando a criar alternativas para a atual precarização do trabalho dos psicólogos e garantir uma presença maior dos profissio-

nais em hospitais e na saúde pública. Os participantes também debateram a situação dos sindicatos de psicólogos, que, em alguns Estados brasileiros, ainda não existem, ou não contam com o apoio desejado da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI). Foram três dias de trabalho e, segundo o secretário nacional de articulação da FENAPSI, Mauro Schmidt, o encontro “não foi uma culminância, mas apenas o germinar de uma semente em busca de um projeto político mais eficiente para a Psicologia”.

Fórum para a promoção da cidadania GLBT em Belo Horizonte

Cerca de 250 pessoas participaram do Fórum Municipal de Cidadania GLBT: Cidadania e Políticas Públicas, no dia 29 de março, em Belo Horizonte. Representantes de movimentos sociais, servidores públicos e estudantes participaram do encontro, onde se discutiram as diretrizes do Plano Na-

cional de Promoção da Cidadania GLBT, implantação do Programa Municipal BH sem Homofobia e a articulação da comunidade para a etapa nacional do encontro. O evento foi uma etapa preparatória para a I Conferência Nacional GLBT, convocada pelo Governo Federal para junho deste ano.

Jornada de Psicologia do Hospital das Clínicas da UFMG

Realizada no dia seis de junho de 2008, a I Jornada de Psicanálise Aplicada e II Jornada do Serviço de Psicologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, teve como tema “A Urgência no Hospital Geral: de que urgência se trata?” O evento teve participação de Guiller-

mo Belaga – médico, psicanalista e membro da Associação Mundial de Psicanálise -, que discutiu a urgência subjetiva e os traumas no hospital geral. O evento discutiu, também, os efeitos terapêuticos rápidos e a diversidade da prática clínica no hospital geral.

CRP-MG participa de Audiência Pública sobre o câncer de mama

No dia três de abril, foi realizada, na Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Audiência Pública referente ao câncer de mama. A Audiência teve como intuito discutir a situação das mulheres belo horizontinas que estão em tratamento do câncer de mama. Um dos problemas apontados na audiência é a dificuldade de as mulheres se deslocarem ao local de tratamento. Como explica o representante do CRP-MG na Audiência, o conselheiro Clerison Stelvio Garcia, psicólogo do Hospital das Clínicas -UFMG, existe vaga no serviço público, mas muitas das mulheres não têm dinheiro para chegar até o local de tratamento. Como solução, foi proposto o passe livre para as mulheres em tratamento do câncer de mama. De acordo com o conselheiro, a importância da presença do CRP-MG na Audiência foi trazer para a discussão a questão da qualidade de vida dessas mulheres. “Uma discussão que estava colocada em termos de óbitos, vagas no serviço, número de casos e tempo de atendimento, com a intervenção do CRP, deslocou-se para o eixo, também importante, da qualidade de vida das mulheres que passam pelo procedimento cirúrgico relativo ao câncer de mama”, explica Clerison.

RESENHA

A beleza impossível

Cada vez mais, meninas e mulheres se submetem a tratamentos diversos para emagrecer, alisar os cabelos e perder peso. Na busca incessante pela “beleza ideal”, vale qualquer sacrifício. Neste livro vigoroso e crítico, a psicóloga Rachel Moreno condena o ataque diário da mídia e aponta caminhos para quem deseja se defender dessa influência insidiosa.

A mídia afeta diariamente a auto-estima feminina. O grupo de beldades que posam para revistas e desfilam na TV formam um grupo seletivo. Mesmo assim, esse padrão estético é cobiçado e desejado. Quem não se encaixa nele – a maioria das mulheres – sente-se excluída e humilhada e tende a aceitar qualquer sacrifício em nome da “beleza ideal”. Diante desse quadro, cabe perguntar: como as mulheres chegaram a esse ponto, depois de tantas conquistas importantes no último século? Quais são as conseqüências dessa obsessão para as adolescentes de hoje? Onde entram as “diferentes” – gordinhas, velhas, negras – nesse sistema? A psicóloga Rachel Moreno responde essas e outras questões no livro *A beleza impossível – Mulher, mídia e consumo* (80 pp., R\$ 25,90), publicação da Editora Ágora. Destinada a mulheres, homens, pais e educadores, a obra faz um alerta para os malefícios dessa imposição social e ensina a reconhecer os limites da ditadura da beleza.

“O ideal de beleza cria um desejo de perfeição, introjetado e imperativo. Ansiedade, inadequação e baixa auto-estima são os primeiros efeitos colaterais desse mecanismo. Os casos mais complexos chegam à bulimia e à anorexia”, afirma Rachel, lembrando que mesmo as mulheres adultas podem ter sua estabilidade emocional afetada.

A AUTORA:

Rachel Moreno é formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Fez especialização em Sexualidade Humana e Dinâmica do Movimento Expressivo no Instituto Sedes Sapientiae, além de ter estudado terapia corporal com J.A. Gaiarsa. Rachel tem pós-graduação em Meio Ambiente pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Trabalha com pesquisa sobre a mulher e atua no movimento feminista, no qual busca inspiração e fontes de (in)formação e ação.



A BELEZA IMPOSSÍVEL - MULHER, MÍDIA E CONSUMO

Autora: Rachel Moreno
 Editora: Ágora
 Páginas: 80
 Preço: R\$ 25,90

DICAS

LIVRO

Em seu novo livro, “O silêncio dos amantes”, Lya Luft fala de um tema que lhe é caro: a incomunicabilidade. Através de pequenos contos que se interligam pela temática, Lya nos leva a enxergar com diferentes olhares o cotidiano. Escrito com coragem e delicadeza, o livro caminha por conflitos familiares, por rancores, pela incompreensão, mas também pelo amor e pela magia dos relacionamentos.

“O Silêncio dos Amantes”, São Paulo, Editora Record, 2008.



REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR

O Conselho Federal de Psicologia acaba de lançar o Documento “Saúde do trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do(a) psicólogo(a)”, resultado da pesquisa CREPOP que mapeou os psicólogos que atuam com Saúde do Trabalhador no Brasil. A proposta do documento é promover uma reflexão entre os profissionais, abordando conceitos, aspectos históricos e legais dessa área, além da formação e da prática do psicólogo em si. O documento pode ser baixado do site do CREPOP acesse: crepop.pol.org.br

ESTA RESENHA É UMA PARCERIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS E O GRUPO EDITORIAL SUMMUS.



ARTIGO

O que faz a psicologia no sistema único da assistência social?

Lúcia Afonso

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída em 2004 e implantou seu modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005. A nova política parte da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, junto a outras políticas públicas, para garantia dos direitos de cidadania. Propõe superar o assistencialismo e organizar os serviços, visando as “seguranças básicas” de cidadania: sobrevivência (renda e autonomia); acolhida (inserção na rede de serviços e provisão das necessidades humanas); convívio familiar, comunitário e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e sobrevivência a riscos circunstanciais.

O SUAS se divide em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB se dirige a indivíduos, famílias e grupos em vulnerabilidade decorrente de pobreza, exclusão e/ou violência, mas com vínculos de pertencimento social. Além de benefícios (como BPC), inclui programas como o Programa de Apoio Integral à Família (PAIF), desenvolvido pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em territórios de vulnerabilidade social. A PSE subdivide-se em “média complexidade”, se há vínculos preservados apesar de ocorrência de violação de direitos (Ex: Programa de Combate ao Trabalho Infantil) e “alta complexidade”, quando os vínculos foram ameaçados ou rompidos (Ex: Abrigos).

Trabalha-se em duas dimensões articuladas: socioassistencial e socioeducativa. A primeira abrange o apoio efetivo ao usuário, potencialização da rede de serviços e acesso a direitos. A segunda aborda o usuário como **sujeito socio-cultural**, visando inclusão, reflexão, integração e participação.

A mudança na política da assistência social exige metodologia de trabalho interdisciplinar e intersetorial. Conhecimentos e técnicas diversos (como serviço social, sociologia, antropologia, psicologia social e psicologia) precisam ser articulados pelas necessidades específicas

do campo de aplicação. O CFP/CREPOP recomenda que as equipes de trabalho se comprometam com princípios, diretrizes e objetivos da assistência social, com seu código de ética, a defesa dos direitos humanos e a consolidação da cidadania.

Ora, na multidisciplinaridade, as disciplinas cooperam em projetos, mas cada uma trabalha um aspecto do objeto, sem mudanças de método. Na interdisciplinaridade, busca-se compartilhamento de métodos e integração do campo de intervenção. As experiências interdisciplinares precisam se dar em focos definidos de atuação e reflexão. A psicologia e a psicologia social se aliam à assistência social na construção de abordagem participativa, desenvolvimento de potencialidades e autonomia dos sujeitos e fortalecimento de vínculos sociais. É evidente que os profissionais poderão e deverão usar recursos teóricos e técnicos diferenciados conforme atuem na PSB ou na PSE, com grupos ou indivíduos etc. Por exemplo, é diferente abordar jovens na comunidade ou famílias em situação de violência doméstica.

Para tal, a psicologia e a psicologia social apresentam recursos teórico-metodológicos a serem adequados à assistência social: escuta de fatores subjetivos na interação social, pesquisa-ação, intervenção psicossocial, processos grupais, mobilização comunitária, análise de estigmas sociais etc. Esses referenciais somam-se ao desafio da mudança do paradigma assistencialista para a inclusão social e a cidadania. É preciso considerar o que já foi produzido e potencializar o conhecimento no campo de intervenção. Também fundamental é produzir novos conhecimentos e instrumentais integrados à formação profissional.

Então descobriremos que temos núcleos de habilidades comuns com outros profissionais e habilidades específicas. É autoritário e ineficaz demarcar territórios de atuação sem refletir sobre o que é comum, específico, complementar ou suplementar. É tolo definir as necessidades do SUAS por apenas um de seus

segmentos, PSB ou PSE. É ingênuo reduzir a psicologia ao estudo das psicopatologias e negar sua diversidade. É falta de imaginação recusar, hoje, a existência da escuta clínica no social e a escuta do social em contextos clínicos.

Psicologia e psicologia social abordam estruturas e processos – individuais, grupais e coletivos – importantes para a articulação entre sujeito, cultura e sociedade, âmago da compreensão contemporânea da cidadania. A cidadania, como “direito a ter direitos,” não se limita ao acesso a bens e serviços. Inclui participação social, cultural e política. Cada vez mais, o exercício dos direitos requer que o sujeito atue com base em sua reflexão, alianças e projetos, sendo necessária nova análise da associação entre subjetividade e cidadania.

A PNAS propõe um sistema baseado em direitos. Seu futuro depende de fatores múltiplos. Mas certamente não avançará sem a visão interdisciplinar. Isso porque se trata de construir condições objetivas para que os cidadãos possam ser reconhecidos como sujeitos de direitos e desejo e, de outro, trata-se de ativar processos (subjetivos, socioculturais e políticos) que potencializem os sujeitos não apenas para se **reconhecerem**, mas, principalmente, para se **posicionarem** como cidadãos.

A AUTORA:

Psicóloga social e clínica. Doutora, aposentada da UFMG, associada ao LAPIP/UFSJ. Consultora em programas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial da assistência social, como: PAIF/CRAS (MDS), Articulação PBF-PAIF (MDS), CRAS (PBH), SOSF (PBH), Criança Pequena (PBH), Núcleo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (AMAS-BH), Centro Marista Circuito Jovem (BH). Relatora do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (MDS, SEDH, CONANDA).

1968 - Liberdade e Violência

Célio Garcia, psicólogo e psicanalista

Mil novecentos e sessenta e oito: nós o vivemos sob o rigor do regime militar implantado em 64, agravado naquele ano de 68 com adoção do Ato Institucional No. 5.

No entanto, malgrado essa situação de exceção, a liberação dos costumes por parte dos mais jovens seguia seu curso, em sintonia com o movimento de jovens que se alastrou pelo mundo a partir da Europa (por exemplo, Maio de 68 em Paris) e dos Estados Unidos.

Dos acontecimentos de 68 ficara mais evidente, no Brasil, a vertente que levava a juventude a práticas de busca do prazer como realização pessoal em relacionamentos sexuais ou situações de vida até então mantidas fortemente sob a vigilância das gerações dos pais.

No caso da França, foi notável o potencial político-institucional deslançado com as demonstrações e ocupações de locais públicos (na Universidade, mas também em fábricas como Lipp, onde os trabalhadores mantiveram em funcionamento a unidade de produção que adotou regime de auto-gestão); uma vez esgotado esse potencial político, o movimento acentuou uma prática de busca do prazer, inclusive por meio de substâncias psicoativas.

Hoje, o governo eleito, atualmente detentor do poder na França, declara combater o “espírito Maio de 68”, reservando a ele um destino que seria sua liquidação.

No entanto, não está sanado o mal-estar já expresso pelos jovens, agora isolados na periferia das grandes cidades (frequentemente oriundos da imigração) como Paris e outras cidades na França.

No Brasil, ainda os jovens localizados nas periferias das grandes cidades dão prova de inconformismo e são levados à prática de violência como única forma de expressão diante da privação de oportunidades que lhes sirvam de aceno para o futuro.

Ao formalizar pesquisas realizadas em relação ao caso brasileiro, propus chamar irregulares este público no qual encontrei jovens infratores (atendidos pelos serviços de reeducação, onde eram conhecidos como menor ou “pivete”), pichadores (recuperados em cursos de profissionalização para grafiteiros, desenhistas), catadores de papel (material reciclável), aos quais acrescentei povo da rua (moradores de rua, sem-teto, como são chamados), construtores de barraco (a própria casa é erguida com material descartado).

Pode-se constatar o vocabulário pejorativo em voga há até bem pouco tempo. Com o vocabulário inadequado, permanecia uma

abordagem (por parte do público e pessoal técnico trabalhando na área) seguramente insuficiente para enfrentar os desafios transferidos pelo Estado do Bem-Estar Social aos profissionais das Ciências Humanas.

Com inovações e experimentações já no campo do vocabulário e ideário que orientava nossas atividades, pude ir à procura da Psicologia, já que ela não se encontrava com os jovens localizados em nossa vizinhança, em nossas cidades (alusão ao documentário de Miriam Chneiderman (2008) Procura-se Jaina).

Em quê um movimento como Maio de 68 com seu potencial político inegável pode ser ocasião de revisão do que havíamos estabelecido para atender os irregulares?

Foi graças ao que pude aprender com Maio de 68, suas práticas de liberdade, por vezes à custa de vidas consumidas ainda jovens, que pude anotar o que encontrei na pesquisa mencionada e que compreende os irregulares. De fato, Maio de 68, eu o entendo como uma irregularidade em relação ao que estava previsto naquela década.

Com o pós-guerra, a democracia adotada pelos países parecia garantir a manutenção de Estados até então ameaçados pela violência nazi-fascista. Maio de 68 anunciava 1989 (queda do muro de Berlim) e a reorganização de países que tinham passado pela experiência de um socialismo real (ieia-se, distante do povo). Maio de 68 ousava pôr em questão essa democracia que se afirmava como o único regime capaz de trazer a paz e equilíbrio para as estruturas políticas anexadas pelo capitalismo industrial.

Maio de 68 deixara inscrito nos muros de Paris “demandez l’impossible” frente ao que já se fixara nas mentes e que era e é o horizonte que nos é oferecido até hoje, ou seja, nada podemos esperar além do que nos é oferecido pelo regime democrático (capitalista) vigente.

O que encontrei é que os irregulares dão prova de grande criatividade, inventividade contra todas as invectivas lançadas pelo regime democrático ao estabelecer o que deve e pode ser esperado, desejado, consumido.

Com os irregulares, encontrei novos usos de procedimentos, objetos e valores, como havia sugerido Agamben, em se tratando de objetos lançados a cada estação, a cada ano, a cada moda, para nosso ávido consumo. Ao encontrar tal criatividade, fui orientado pela pesquisa do professor Marcelo Drummond, da Escola de Belas Artes (UFMG), que reúne a documentação aqui mencionada.

Mas, o que restou de maio de 68, que nos permita, atualmente, viver juntos?

SOBERANIA E DISTÂNCIA ATIVA: AINDA O ESPÍRITO DE MAIO 68.

Por todos os lados, em diferentes regiões, bairros e condomínios, o muro se eleva na vizinhança entre antigos e/ou novos vizinhos. Já não há vizinhos.

As exportações e importações comerciais, por seu lado, dão impressão de que há porosidade e em breve já não haverá fronteiras. A globalização ultrapassaria o que chamamos território, sua delimitação.

O Estado, incumbido de proceder como guardião da população, segundo o paradigma liberal, garantiria a multiplicação das trocas comerciais, beneficiando-se delas, o mesmo em se tratando de sua população. Uma era pacífica poderia ser etapa prevista.

Chegaríamos a redescobrir que a vida em sociedade, internacional ou não, pode ser regulada por normas e que a norma procede de um pensamento especializado, o espaço global. Os exemplos e discursos proferidos atestam dificuldade em se fundar uma identidade orgânica territorial e social sem que surja rejeição pelo Outro, e a conseqüente intolerância. Os casos notórios são ilustrados pela mídia e países em zona de conflito, frequentemente localizados nas fronteiras. O tema se amplia quando se põe em questão a noção de fronteiras e se discute o recuo da fronteira diante de inovações como a Internet.

Na verdade, o tema nos interessa em função de questão surgida na periferia da grande cidade, quando grupos de jovens rivalizam com outros grupos estabelecidos na vizinhança. “Com o asfalto vem a desmontagem do território; em plena contradição, estouram as guerras”.

A questão assume duplo interesse quando trazemos, nesta nota, a questão da soberania.

Acosado pela idéia de ser soberano, numa determinada situação, ou simplesmente comprometido com a soberania, o sujeito em questão lança mão de recursos os mais variados.

Repensar os termos graças aos quais orientamos nosso trabalho, adotar conduta ativa, estratégia a ser definida, são aspectos que se apresentam em caráter de urgência.

FATOS E PERSONAGENS

Vinte anos sem Hélio Pellegrino

Mineiro apaixonado e analista dedicado, Hélio Pellegrino foi uma torrente de poesia, política, indignação e amores.

Não seria possível descrever Hélio Pellegrino em poucas palavras. Como apontou Paulo Roberto Pires, autor do livro "Hélio Pellegrino: a paixão indignada" (1998, ed. Relume-Dumará), Hélio é merecedor do adjetivo "larger than life", maior do que a própria vida. Entretanto, se para Paulo Roberto Pires, Hélio era maior do que a vida, Hélio, ele mesmo, se considerava maior do que a própria morte: "Só consigo justificar-me, enquanto pessoa, se passo a apoiar-me no esplendor de uma plenitude maior do que a morte. Morte é passagem, é nascimento, é ruptura catastrófica da forma, é imersão no tempo e na fuga vertical que o constitui", afirmou Hélio.

Filho do ilustre médico mineiro, Braz Pellegrino, e da italiana, Assunta Magaldi Pellegrino, Hélio nasceu em Belo Horizonte, em cinco de janeiro de 1924. Foi nessa cidade que descobriu a literatura e fez alguns de seus melhores amigos. Os "Quatro mineiros" – Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Fernando Sabino e Hélio Pellegrino –, eternizados em estátuas de bronze na Praça da Liberdade em Belo Horizonte, mantiveram a amizade por toda a vida.

Hélio vivia a cidade. Circulava por suas praças, aproveitava sua boemia, paquerava. Forçado pela família, foi estudar medicina. Porém, salientava Hélio, "na verdade eu fazia era medicina, boemia e política." Na medicina, decidiu-se por estudar psiquiatria. Sua iniciação na prática se deu no Hospital Psiquiátrico Raúl Soares. Em 1952, já no Rio de Janeiro, Hélio estudaria psicanálise – através da chamada análise didática – com Iracy Doyle.

A psicanálise, na qual se formou em 1963, viria a ser a dedicação integral de sua vida. Viagens, encontros e família seriam quase sempre deixados em segundo plano. Hélio tinha uma dedicação exclusiva a seus pacientes. Nos anos 1970, se dedicaria à Clínica Social de Psicanálise, instituição que foi pioneira no atendimento gratuito, visando à integração da psicanálise e a sociedade. Com

a Clínica Social, desenvolveu, em 1979, trabalho junto à comunidade da favela do Morro dos Cabritos, no Rio de Janeiro.

Durante a ditadura, sua participação política acirrada e veemente – discursou, sem microfone e com "apaixonada indignação", ao lado de Vladimir Pereira, na Passeata dos 100 mil – garantiu-lhe o título de porta-voz dos intelectuais. Hélio era admirado pelo movimento estudantil, um dos mais atuantes durante os anos sombrios da ditadura. Hélio contribuiu para diversos jornais, inclusive para o famoso "O Pasquim".

Em 1948, Hélio casou-se com Maria Urbana Pentagna Guimarães. Tiveram sete filhos. Maria Urbana seria, por muito tempo, seu porto seguro. Se separariam, entretanto, em 1974, ano em que Hélio casa-se com a física Sarah de Castro Barbosa. Viveria sete anos com Sarah e retomaria, em 1981, o casamento com Maria Urbana.

Junto com outros intelectuais brasileiros, como Sérgio Buarque de Hollanda e Antônio Cândido, Hélio aderiu ao manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores – PT. Em seguida, fundaria o grupo "não burocrático" do PT, o núcleo Mário Pedrosa, que integraria grande número de intelectuais.

No 2º Congresso de Escritores, realizado em 1985, Hélio seria apresentado, por Nélida Piñon, ao último grande amor de sua vida: Lya Luft. Lya havia estreado na ficção em 1980, com o livro "As Parceiras" e já tinha publicado mais três romances nesse intervalo. Esse encontro casual levaria os dois a uma paixão avassaladora, que infelizmente foi interrompida com a morte prematura de Hélio em 1988, aos 64 anos.

É Lya Luft, em entrevista exclusiva ao JP, quem melhor define, em poucas palavras, a personalidade forte eapai-



xonada de Hélio Pellegrino: "Hélio Pellegrino era um ser excepcional em tudo: no arrebatamento, na paixão, na ternura, na delicadeza e na indignação. Era de uma ilimitada ternura no cotidiano, e de uma imensa indignação em questões sociais, além de uma devoção visceral à profissão e aos pacientes. Nada nele era banal, e nada nele era maligno: era um vulcão de afeto, mas também de preocupações. Isso finalmente o levou, tão cedo."

MALA DIRETA POSTAL
9912210641-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
... CORREIOS ...



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais